



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

---- De harmonia com o preceituado no artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com a convocatória feita a cada um dos membros, realizou-se no dia quatro de Setembro do ano dois mil e dezanove, no auditório da Escola Profissional de Salvaterra de Magos, sito na Rua Heróis de Chaves, em Salvaterra de Magos, a décima quinta sessão desta Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---- **Ponto um** – Actas n.ºs 13 e n.º 14, de 26 de Abril e 26 de Junho de 2019 – Para deliberação -----

---- **Ponto dois** - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----

---- **Ponto três** – Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos entre 13/06/2019 e 14/08/2019, ao abrigo da autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 06/12/2018 – Para conhecimento -----

---- **Ponto quatro** – 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2019 – Para deliberação -----

---- **Ponto cinco** – Nomeação do Auditor Externo para as Contas do Município (ROC – Revisor Oficial de Contas) – Para deliberação -----

---- **Ponto seis** – Participação variável no IRS - Rendimentos de 2020, receita municipal de 2021 – Para deliberação -----

---- **Ponto sete** – Lançamento da derrama para o exercício de 2019, receita municipal de 2020 – Para deliberação -----

---- **Ponto oito** – Taxas de IMI para o ano de 2019, receita municipal de 2020 – Para deliberação -----

---- **Ponto nove** – Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de actividade ao ar livre – Assembleia de Deus Pentecostal de Benavente – Igreja Evangélica – Para deliberação -----

---- **Ponto dez** – Projeto de revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária do Contrato de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

Gestão Delegada outorgado pela RESIURB e pela Ecoléziria – Repartição de encargos e autorização do compromisso plurianual – Para deliberação -----

---- **Ponto onze** – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no ano de 2020 – Para deliberação -----

---- **Ponto doze** – Processo n.º 50/2017 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE - Exato - Extracção de Areia do Tejo, Lda. - Para deliberação. -----

---- **Ponto treze** - Processo n.º 221/2011 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE - Augusto Gomes Martingil, Lda. - Para deliberação. -----

---- No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Francisco Monteiro Cristóvão, no impedimento legal do senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por aberta a sessão eram vinte e uma horas. -----

---- O senhor Francisco Monteiro Cristóvão, no impedimento legal do senhor Presidente da Assembleia, informou os senhores Deputados Municipais que a senhora Deputada Marta Lídia dos Santos Casimiro Jorge seria substituída por Joaquim Silva Fatia, o senhor Deputado Nuno Miguel Ferreira Monteiro seria substituído por Maria Helena de Meneses Figueiredo, a senhora Deputada Susana Paula Pereira Veiga Alves Nunes seria substituída por Fabrícia Sofia Lourenço Cadete e a senhora Deputada Flávia Margarida Oliveira Santos seria substituída por Mário João Ferreira da Silva. -----

---- Seguidamente, o Senhor Francisco Monteiro Cristóvão, no impedimento legal do senhor Presidente da Assembleia procedeu, por chamada, à conferência das presenças e registo de faltas, fazendo-se constar a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

---- Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão -----

---- Joaquim Silva Fatia -----

---- Emílio Manuel Coelho -----

---- Rui Manuel da Silva Moreira -----

---- João Pedro Caniço Marques Abrantes da Silva -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

---- Maria Helena de Meneses Figueiredo -----
---- Francisco Monteiro Cristóvão -----
---- Daniela Filipa Pires Belas Casaca -----
---- Carlos Fatia Tezo -----
---- Fabrícia Sofia Lourenço Cadete -----
---- Mário Rui Policarpo Santana da Silva Lobo -----
---- Carlos Manuel da Silva -----
---- Cláudia Maria Gerardo Pinto Mesquita -----
---- Jorge Manuel Costa Santos da Silva -----
---- António Mendes Vieira -----
---- António de Oliveira -----
---- Mário João Ferreira da Silva -----
---- Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório -----
---- Manuel Joaquim Oliveira Faria Bolieiro -----
---- João Batista de Oliveira -----
---- Rui Manuel Duarte da Silva -----
---- Joaquim António Correia Cardoso -----

---- Além da presença dos senhores Deputados Municipais estiveram, ainda, presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio e os senhores Vereadores Helena Maria Pereira das Neves, Ana Cristina Ribeiro, Noel Gomes Pereira Caneira, Paulo Jorge Pires Cação, Luís Artur Ribeiro Gomes e Ana Patrícia Coelho Batista. -----

Período Antes da Ordem do Dia

---- Interveio o senhor Deputado Joaquim Fatia cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Eu tenho aqui três pontos que queria talvez uma explicação, que é o seguinte: eu queria-me referir à manutenção e limpeza das florestas. Eu, Joaquim Silva Fatia tenho uma propriedade no Granho, do qual fui notificado para fazer a limpeza a essa propriedade,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

propriedade essa que tinha sido cortada no resto de 2017 e em 2018 foi tudo passado a encinho com dentes pequenos que só lá ficou a terra. Resumindo e concluindo, qual é o meu espanto que está claro, agora no ano de 2018 os eucaliptos começaram a rebentar e recebo uma carta, porque a copa dos eucaliptos não poderiam ter 10 metros de copa a copa, ora evidentemente que não iriam lá ficar eucaliptos nenhuns. Resumindo, eu recebi uma carta que tenho aqui onde diz que não poderia, portanto, fui acusado que aquilo não podia estar ali e, portanto, foi uma denúncia. A pessoa que estava ao lado tem aquele número de porta e foram eles que me acusaram, foram eles que fizeram a denúncia. Sobre essas coisas todas eu cortei o mal pela raiz, eu cortei os eucaliptos, eu arranquei os troços e cheguei a uma conclusão que a terra está limpa, rachei os cepos, gastei quase 1000 euros nisto, isto é o primeiro ponto. Eu agora só queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara o que é que se pode fazer ou o que é que vão fazer, aos eucaliptos e outras árvores que estão desde a Glória até Muge praticamente dentro da valeta, há praticamente árvores dentro das valetas e ninguém faz nada, portanto, se nós nos despistarmos numa estrada como a Estrada do Granho à Glória e há ali pontos críticos, que se nós nos formos a despistar bate contra um eucalipto, portanto, não tem margem de manobra. Resumindo e o que é que vai acontecer, portanto, a fiscalização possivelmente isso ainda não fez, essa pessoa que me acusou está a mandar os esgotos a céu aberto para dentro da valeta. Fez uma fossa mas não a esgota, estão os esgotos a correr para dentro da valeta e aquilo agora é um cheirosinho um pouco mais ao menos não é, não vamos agora estar aqui a dizer que cheira mal ou cheira bem, toda a gente sabe como é. Outras situações, há aí uma serie de situações que eu agora não vou queimar mais tempo, nem vou dizer agora quais são os eucaliptos que estão no meio da estrada, porque a fiscalização passa lá e vê onde é que isso está tudo e todas estas situações, porquê? Porque se levantou aqui uma “lebre”, eu já paguei quase 1000 euros para arrancar eucaliptos, para rachar dos cepos e para limpar a terra e eu agora só queria era o que é que se vai fazer ao resto, principalmente essas árvores que estão no meio da estrada, o que é que se vai fazer a isso, se arrancam ou não arrancam ou notificam as pessoas ou não notificam, porque este documento que eu tenho aqui ia com uma multa até 10 mil euros, ou arrancava os eucaliptos ou limpava ou as copas não podiam ficar a mais de 10 metros umas das outras, portanto, era



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

isto que eu tinha para dizer, não quer dizer que não haja outros pontos no meio destes pontos todos que possam ser resolvidos de uma forma ou outra, mas por aqui fico-me por aqui, tenho dito.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Rui Silva cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “A Junta de Freguesia de Muge em conjunto com a Confraria Ibérica do Tejo levaram a efeito a publicação de um caderno cultural sobre um poeta popular de Muge. Queremos oferecer dois exemplares à Biblioteca Municipal, que vou entregar ao senhor Presidente da Câmara. Em breve publicaremos mais um caderno cultural de outro poeta popular de Muge. Aproveito a oportunidade para convidar todos os presentes e seus familiares a estarem presentes no Sábado, dia 7 de Setembro de 2019, pelas 17:30 horas na Casa do Povo de Muge, para assistirem a uma Conferência sobre os 10 anos de pesquisa dos Concheiros de Muge. Bem-haja!” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Eu antes de começar, gostaria só de esclarecer uma dúvida, se nós começámos a Assembleia pelo período do público ou se já estamos mesmo no período antes da ordem do dia, considerando a natureza daquilo que foi aqui tratado, eu gostaria só de recordar um episódio de há uns anos atrás, ainda era o Bloco de Esquerda que governava a autarquia e naquela reunião, por força de uma qualquer circunstância que agora não me ocorre, quem presidia a reunião era o senhor Vereador João Abrantes e o PSD tinha um Vereador em substituição que não interessa quem era, que a primeira intervenção fez na primeira reunião que teve foi a propósito de uma manilha partida à entrada de uma casa que era a sua própria casa, o que fica sempre bem ao autarca quando toma posse do seu cargo é vir falar dos seus problemas que são legítimos, como é óbvio, mas que têm de ser tratados não no exercício das funções de representação das pessoas. E por isso queria deixar aqui este episódio de recordação que na altura foi reprovado também e bem, e agora também fazer essa nota de que o exercício de funções de representação autárquica não é exactamente a mesma coisa do que tratarmos dos nossos problemas por muito legítimos que eles sejam e isso não contexto absolutamente nada. Mas queria começar por cumprimentar então o senhor Presidente da Assembleia em exercício, o senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

membros da mesa, caras e caros colegas, munícipes presentes. Três notas muito breves sobre o período que atravessámos, espero que quem teve oportunidade para isso tenha aproveitado para descansar e retemperar forças, quem não teve essa oportunidade que ainda possa vir a ter e desejar um bom ano político para a todos nós do ponto de vista autárquico e que melhor forma de iniciar este ano político com aquilo que é a festa da democracia que são as eleições e desejar-vos também a todos os partidos uma boa campanha eleitoral, como é óbvio, desejo ao Partido Socialista muito sucesso eleitoral, não o desejo aos outros partidos, mas que a campanha possa ter um nível de elevação e respeito e de debate que possa ser condigno com as 4 décadas de democracia que nós já temos no nosso país. Queria também fazer duas perguntas ao senhor Presidente de Câmara, a propósito da equipa de intervenção permanente e considerando que até estamos em período de alerta vermelho. Se poderia dar informações à Assembleia Municipal sobre a constituição da equipa e aproveitando o facto de estarmos em alerta vermelho, se tem disponível algum tipo de informação sobre o dispositivo no nosso concelho. Queria também questionar a propósito dos refugiados sobre se há envolvimento do Município, recentemente nas notícias a propósito desta última atitude do anterior ou do demitido Ministro do Interior Italiano? Portugal disponibilizou-se mais uma vez para receber uma dezena salvo erro ou uma dezena e meia de refugiados, perguntar se, não certamente já estes, mas se nós já estamos envolvidos no esforço nacional de recepção destas pessoas. E queria também, uma vez que estamos em 2019, depois de umas eleições em 2017 que vão acontecer as próximas em 2021 e para não estarem sempre a dizer que as inaugurações e as obras são obras de final de mandato que visam única e exclusivamente a obtenção de votos naquela altura, como é óbvio toda a gestão, toda a governação visa o sucesso dos projectos políticos e o sucesso dos projectos políticos consegue-se e alcança-se é com votos, mas deixar uma saudação quer à inauguração do parque infantil e de lazer do Granho quer à abertura do espaço do cidadão da Glória do Ribatejo, que são dois equipamentos que estão ao serviço das populações daquela freguesia e que muito nos deve satisfazer a todos os eleitos desta Assembleia Municipal.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Esta é a intervenção que eu não gostaria de fazer, sinceramente, não gostaria de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

fazer e não gostaria de fazer, porque fico com um sentimento de raiva e de impotência pela agressão que se está a fazer, uma agressão urbanística e arquitectónica à escola onde eu comecei a estudar, à escola nova como nós lhe chamamos e certamente não haverá coisa pior do que transformar uma escola, que é um edifício nobre numa instituição que esteve ao serviço da repressão, que quando os trabalhadores agrícolas, os camponeses não tinham dinheiro para matar qualquer coisa para matar a fome aos filhos, íam roubar, não tenhamos medo das palavras, íam roubar ao campo umas batatas e umas coisas para matar a fome aos filhos A GNR ía buscá-los a casa sem qualquer mandato e dois indivíduos da GNR mandavam-os tirar a camisa e agrediam-os selvaticamente. E a propósito do que eu estou a afirmar podem dar cópia desta minha intervenção à GNR, porque tenho uma quantidade de pessoas que ainda se lembram, porque eu já sou muito velho, infelizmente, por causa disto acho que já vivi demais, porque já tenho 80 anos e em obediência às pessoas que me elegeram eu faço a pergunta directamente à senhora Vereadora Ana Cristina, porque eu fui à Câmara, a uma sessão de Câmara fazer esta pergunta, a senhora Vereadora não estava, os Vereadores do Bloco de Esquerda tiveram que sair, por motivos que não me dizem respeito, antes, mas se quiserem ler aquilo que o senhor Presidente da Câmara a explicação que me deu, está na acta n.º 14, página 16, a partir da linha 8, portanto, senhora Vereadora Ana Cristina diga-me sem hipocrisia política, foi ou não foi a senhora a única responsável que apontou como primeiro local para a implantação daquele búnquer que aquilo nem sequer é um quartel, aquilo é um búnquer que a GNR está a fazer, se faz favor diga-me.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Em relação às questões que foram suscitadas e que foram direccionadas de alguma forma à Câmara Municipal, informar o senhor Joaquim Fatia que, obviamente não tenho aqui o processo que referiu e, portanto, não estou em condições de fazer comentários. Uma coisa eu sei, a Câmara Municipal é uma entidade administrativa a quem cabe cumprir lei. A lei não foi definida pela Câmara Municipal, não consta de regulamento municipal quais são as regras para a limpeza dos terrenos. É a legislação que define quais são as regras que têm de ser cumpridas nas faixas de gestão de combustível, não estamos a falar naturalmente da limpeza de floresta, porque essa tem a ver com o Ministério correspondente, mas no que diz



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

respeito à protecção das populações contra os incêndios rurais. Há um conjunto de regras aplicáveis às faixas de gestão de combustível, que nuns casos são 50 metros das habitações isoladas, em outros casos na proximidade das populações são 100 metros, noutros casos são 10 metros, enfim depende das situações. Portanto, não tenho o seu processo, não estou em condições de fazer comentários que possam ser úteis ao esclarecimento da situação. A opção que fez de cortar tudo é sua e, portanto, nem sequer comento, estou certo é que a comunicação que recebeu da Câmara Municipal provavelmente eu assinei, em nome do Gabinete Municipal de Protecção Civil, cumpre a legislação aplicável e quando fala das contra-ordenações são as contra-ordenações que estão previstas na lei e nós não temos capacidade de alterar. A única capacidade que temos é de decidir entre o mínimo e o máximo da coima que legalmente está fixada, em função de um processo que é feito pelos serviços jurídicos. Dizer-lhe também que não tenho os últimos números, temos feito cerca de duas centenas de notificações ou mais e, portanto, vamos tendo pouco a pouco o levantamento de todos os proprietários que ficam, com a ajuda obviamente de um protocolo que fizemos com a Repartição de Finanças, que nos vai prestando essa informação, nós vamos tendo o levantamento das propriedades que ficam integradas nas faixas de gestão de combustível e com a fiscalização da GNR que tem andado no terreno, vamos fazendo as respectivas notificações e vamos procurando sensibilizar os proprietários para procederem à limpeza. Não quero também comentar as regras que a lei impõe, porque não foram fixadas, obviamente, pelos Municípios, foram fixadas, quero crer pelos senhores Deputados da Nação e com base em pareceres técnicos e, portanto, não estou em condições de comentar. Em relação aos despistes na Estrada Municipal eu recomendaria que reduzissem as velocidades para os limites definidos na legislação também aplicável, porque estou certo que se a Estrada Municipal 581 for percorrida dentro dos limites de velocidade que estão estipulados, é uma estrada municipal que tem apesar de algumas dificuldades, tem as condições necessárias à circulação na faixa de rodagem. O argumento que usa que um despiste manda contra uma árvore implicaria que nós não podíamos ter árvores junto às estradas e, portanto, isso não é uma norma legal é uma opinião pessoal que respeito, mas para isso teria de facto de haver uma norma legal que definisse a distância que as árvores têm de estar das estradas e como é



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

que se faria a sua limpeza, até porque parte delas estão em propriedades privadas. Portanto, eu recomendaria e não estou a ser irónico, quando nós fizemos obras na EM 581, designadamente melhorando o acesso à povoação onde vive, nós apercebemo-nos de facto que há pessoas que circulam a velocidades que ultrapassam os 120 e 140 km/h e, portanto, numa estrada com aquelas características é provável que haja despistes. Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Muge, agradecer a entrega das publicações que serão, obviamente, entregues às bibliotecas que nós temos. Em relação à intervenção do senhor Deputado Emílio Coelho, já tive oportunidade de as ouvir numa reunião de Câmara, onde o Senhor Deputado Emílio Coelho falava na qualidade de cidadão e, portanto, fiz na reunião de Câmara os comentários que me pareceram pertinentes. O senhor Deputado entendeu deixar registada a sua opinião em relação à obra de requalificação da antiga escola da Avenida para quartel da GNR, é uma opinião que é tão respeitável como outras, no entanto o Presidente da Câmara não corrobora a opinião que foi dada nem em relação às forças policiais da GNR, nem em relação à leitura que o senhor Deputado faz do atentado urbanístico que está a ser feito e, portanto, só quero dizer isto sem fazer outros comentários em relação ao teor da intervenção, porque já tive oportunidade de o fazer na reunião de Câmara. Em relação à intervenção do senhor Deputado Nuno Antão e respondendo à questão, nós temos em relação à estratégia municipal que entronca na estratégia distrital e que de alguma forma beneficia do plano de defesa da floresta de combate contra a ocorrência de incêndios rurais que aprovámos no Conselho Intermunicipal que reúne os concelhos de Benavente, Coruche e Salvaterra de Magos, nós temos um local estratégico de estacionamento na Glória do Ribatejo, que é posto avançado da protecção civil municipal que tem condições sanitárias, balneários e espaço para reunião e para estada daqueles que forem os operacionais que estiverem em cada momento destacados para estar na Glória do Ribatejo, vigilando as florestas e a possível ignição de incêndios rurais na zona norte do nosso Concelho e temos todos os dias destacado para esse efeito três carrinhas equipadas com kit's, dois adquiridos pelo Município e outro que é da Junta de Freguesia de Glória e Granho. Temos as três viaturas disponíveis todos os dias, de segunda a domingo, na vigilância, na prevenção por vezes circulando na floresta, tentando precaver a ocorrência de incêndios e acima de tudo



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

quando eles ocorrem chamarem a corporação de bombeiros e acorrerem rapidamente e tem sido até hoje e, portanto, repito, até hoje, tem sido imenso sucesso que temos conseguido com esta estratégia a que se juntam uma carrinha da Casa Cadaval, uma carrinha dos Sapadores Florestais e sempre que possível uma carrinha do Clube de Caçadores. Esta estratégia que nós montámos no terreno nos anos de 2017 quando o país esteve a arder e no ano de 2018 foi das alturas em que tivemos menos ignições e menos área ardida dos últimos 10 anos ou mais no Concelho de Salvaterra de Magos e, portanto, este ano, até hoje, felizmente os números confirmam exactamente os resultados que tivemos em 2017, que melhoraram em 2018 e espero bem que em 2019 sejam ao nível dos de 2018. Portanto, esta estratégia resulta e vai ajudar ainda mais e respondendo em concreto à pergunta que o senhor Deputado fez, vai ajudar ainda mais uma velha ambição nunca concretizada de se constituir uma equipa de intervenção permanente no corpo de bombeiros de Salvaterra de Magos. São 5 profissionais que estão disponíveis no quartel de bombeiros ao serviço, naturalmente, do senhor Comandante de bombeiros e ao serviço também da estratégia do comando distrital, 5 homens e mulheres, que estão disponíveis durante o dia na altura em que é mais difícil ter voluntários para acudir a estas ocorrências, para acudir também ao socorro das populações como terceira equipa que sai por via do INEM a algum acidente ou incidente que possa acontecer. Começaram no dia 1 de Agosto, é uma equipa que é paga em partes iguais pela Câmara Municipal e pela Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil e que está como disse ao serviço da Associação Humanitária, portanto, estamos contentes por ter mais estes profissionais no corpo de bombeiros, que se juntam aos outros profissionais que o corpo de bombeiros tem, que em regra são motoristas de ambulâncias de socorro e transporte de doentes e também do atendimento permanente que o quartel de bombeiros tem. Em relação à questão dos refugiados eu vou-me socorrer de uma informação que tive a oportunidade de ler há uma ou duas reuniões de Câmara atrás, para que fique em acta e para que seja exactamente a mesma informação que dei na Câmara.” -----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal continuou lendo seguinte documento: “O Município de Salvaterra de Magos desde a primeira hora que celebrou um protocolo de cooperação com o Conselho Português para os Refugiados (CPR), associando-se desta forma



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

ao esforço nacional de receber no nosso território uma família de refugiados oriundas de África e de zonas onde o conflito e a fome impelem os seus cidadãos a procurar locais onde possam viver. – Salvaterra de Magos, vai assim receber numa das habitações que temos no Bairro Nossa Senhora da Conceição, uma família oriunda do Sudão, o que se me afigura perfeitamente razoável e equilibrado, pois estamos a afectar uma, entre as mais de 50 habitações sociais que disponibilizamos a quem vive no Concelho de Salvaterra de Magos. – Estamos a falar de uma mãe, com 54 anos de idade e de 4 filhos, dois deles rapazes ainda menores, com 17 e 14 anos. Um outro filho tem 26 anos e uma filha 22. – A família chegou a Portugal em Fevereiro, tem estado alojada num Centro de Acolhimento para Refugiados em S. João da Talha. – A família abandonou o Sudão do Sul onde os conflitos étnicos que se iniciaram em Dezembro 2013 já matou 400.000 pessoas e já originou mais de 7 milhões de deslocados, 2/3 da população do país. – Até Agosto de 2020 a família receberá do Estado um apoio financeiro para fazer face às despesas de alimentação, vestuário e transportes. A nós cabe-nos o seu alojamento em habitação digna e adequada, bem como ajudar na sua integração e busca de emprego.” -----

---- Interveio a senhora Vereadora Ana Cristina Ribeiro cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Eu queria dar um esclarecimento muito breve, porque penso que não vale a pena perdermos muito tempo com o assunto. Ouvi a opinião que foi aqui manifestada pelo senhor Deputado Municipal Emílio Coelho sobre a obra que está a ser feita na escola ou ex-escola primária da Avenida. Manifestou a sua opinião, que eu respeito, obviamente, não a comungo, não partilho consigo essa opinião e muito menos através do papel, actualmente da GNR, nós estamos a falar da GNR actualmente, não estamos a falar do tempo do fascismo, mas pronto essa discussão fica para outro fórum, não é propriamente o local para abordarmos esse assunto. Eu sou responsável sim, sou a responsável por esta obra e tenho muito orgulho nisso, sou a responsável pela sua requalificação da Escola Primária da Avenida de Salvaterra de Magos para acolher a GNR de Salvaterra de Magos, dignificando assim a vida da GNR, de todos aqueles que nos defendem no seu dia-a-dia, sou responsável por esta obra, que foi iniciada como eu disse na nossa gestão, iniciada a nível de protocolos e a nível de conversações de forma mais formalmente em Janeiro de 2013, onde nessa reunião estiveram



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

presentes várias entidades ligadas à GNR e também o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e a reunião decorreu na Câmara Municipal de Salvaterra de Magos. Depois disso houve várias reuniões com as várias entidades, mas relativamente ao projecto eu posso informar que o projecto não foi desenvolvido no nosso tempo, o projecto de arquitectura, o que está a ser feito não foi desenvolvido no nosso mandato, já foi pelos actuais responsáveis pela gestão do Concelho. E dizer também que em conversações havidas, havia a garantia de que não seria a arquitectura da escola, a sua parte frontal não seria alterada, portanto, seria respeitada, não se verificou, mas como disse as responsabilidades já não é de quem geriu a Câmara até Outubro de 2013. E dizer também senhor Deputado Municipal que também sou responsável por muitas obras que foram desenvolvidas e construídas no Concelho, dizer-lhe também que tenho muito orgulho nas obras que foram desenvolvidas durante os nossos mandatos, os mandatos do Bloco de Esquerda, em que investimos mais de 50 milhões de euros, essas obras estão no terreno, lamentavelmente e eu sei que não vem ao caso, mas dizer-lhe que, lamentavelmente não ouvi aqui o senhor falar sobre nenhuma dessas obras e com certeza melhoraram em muito a qualidade de vida da nossa população. Muito obrigado senhor Presidente da Mesa, pelo tempo que me prestou.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Apareceu uma intervenção no período em que estamos de funcionamento da Assembleia e se precisar de invocar uma qualquer figura regimental de uma interpelação à mesa sobre a intervenção que foi feita pelo Deputado do CDS, presumo não errar, só para dizer que o Partido Socialista sobre a opinião da arquitectura nem sequer a discute, essas coisas cada um gosta do que quer e os partidos defendem a arquitectura que querem para os edifícios deste país, mas sobre a GNR nós estamos a falar de uma força de segurança prestigiada e prestigiante para o país e isso reflecte-se na formação de dezenas para não dizer de centenas de homens e mulheres em Timor e no Iraque. Uma força de segurança que tem, e eu tive aqui a tomar notas, mas desde a intervenção na prevenção e na primeira intervenção do combate aos incêndios florestais, através dos GIP’S, na prevenção, na detecção e na fiscalização do ambiente, através do SEPNA, no policiamento de proximidade, em programas como o idoso em segurança, em programas como a escola segura, tem um corpo de intervenção que nos protege em qualquer



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

circunstância e até hoje não há registo histórico de alguma vez ter havido um comportamento desviante desta força policial, vir no dia 4 de Setembro de 2019 invocar um episódio qualquer, que não foi só um foram muitos infelizmente, daquilo que aconteceu antes da revolução do 25 de Abril, para justificar que a GNR em Salvaterra não deve ter condições, não deve ter instalações com condições dignas para estes homens e mulheres exercerem a sua função que é em primeira ordem proteger-nos a todos, é qualquer coisa que o Partido Socialista lamenta, lamenta profundamente, porque a GNR não merecia em 2019 ser tratada desta forma na Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos e queríamos deixar isto bem registado que o Partido Socialista lamenta profundamente o tom acusatório sobre a GNR actual daquilo que aconteceu antes do 25 de Abril com o qual subscrevemos inteiramente as péssimas práticas de todas as forças de segurança políticas de todo esse período, isso subscrevemos e queríamos deixar isto muito bem claro. Muito obrigado.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho dizendo o seguinte: “Ora bem, eu quando venho para aqui sou das pessoas que leio todos os documentos que me são levados a casa e como tal sei perfeitamente não só da informação que me tinha sido dada em reunião de Câmara pelo senhor Presidente da Câmara como por aquilo que vem na acta número 14, folha 16 a partir da linha 8, que o projecto é da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana e segundo aquilo que eu ouvi dizer, eles comprometeram-se a respeitar o edifício, mas não respeitaram, porque está lá uma varanda à frente e eu pergunto, para quê? E para quem tem memória curta, eu devo dizer que esta instituição foi aquela ou os elementos desta instituição foram aqueles que quando uma camponesa reendicava por melhores condições salariais foi abatida a tiro por uma espingarda mouser, para quem não souber o que é uma espingarda mouser é uma espingarda que não dispara se não puxarem a culatra atrás, enquanto as espingardas automáticas a gente num salto aquilo pode disparar, aquela não, portanto, é esta instituição e eu pergunto se algum de nós que frequentou aquela escola, o pai tivesse sido massacrado ali como é que nós nos sentíamos, quando havia crianças que brincavam na rua ainda menores eram levados para o posto da guarda, nem sequer avisavam a família e enquanto não se pagasse 128 escudos de multa não saiam de lá. É só, muito obrigado.” -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

---- Ponto um - Actas n.ºs 13 e n.º 14, de 26 de Abril e 26 de Junho de 2019 – Para deliberação -----

---- Submetida a votação a acta de 26 de Abril de 2019, foi a mesma aprovada por maioria, com 15 votos a favor e 7 abstenções dos senhores Deputados Rui Moreira, Fátima Gregório, Joaquim Cardoso, Fabrícia Cadete, Maria Figueiredo, Joaquim Fatia e Mário Silva, por não terem estado presentes na sessão. -----

---- Submetida a votação a acta de 26 de Junho de 2019, foi a mesma aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 2 abstenções dos senhores Deputados Fabrícia Cadete e Joaquim Fatia, por não terem estado presentes na sessão. -----

---- Ponto dois - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Eu para manter exactamente o mesmo nível de argumentação da última Assembleia Municipal, considerando que nós continuamos ainda em reflexão do grupo municipal para depois termos oportunidade de agora depois das férias de trabalhar em conjunto as propostas que visam à transmissão vídeo das Assembleias Municipais e invocando exactamente aquilo que fiz na última Assembleia Municipal que foi solicitando ao senhor Presidente que possa com o maior nível de detalhe possível descrever as obras que decorreram entre uma assembleia e outra e se me permite que acrescente também em que ponto é que estão concretas e eventuais candidaturas aos fundos comunitários, quer directamente quer através da Comunidade Intermunicipal seja lá os mais diversos programas operacionais e o FEDER e com isto continuar a desejar que este, digamos que até chegar a esse ponto da transmissão em vídeo das assembleias, que se possa encontrar entre todos nós o espaço de intervenção suficiente para quando as Assembleias forem transmitidas não ficarmos resumidos aos papeis, porque os papeis em vídeo não funcionam e as pessoas que estiverem a ver não tem o mesmo nível de informação que nós, que somos todos bons eleitos e bons deputados municipais e todos nós temos por hábito ler



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

toda a documentação que nos enviam.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara dizendo o seguinte: “Aproveitando o teor do relatório que foi entregue aos senhores Deputados, dizer-vos que saudamos com satisfação neste período que mediou entre as duas Assembleias Municipais, como aqui já foi referido, a abertura do Parque Infantil e de Lazer do Granho. Também assinalar, e já foi referido, a criação de mais um serviço de proximidade no nosso Concelho desta feita o Espaço de Cidadão da Glória do Ribatejo que fica instalado nas instalações da Junta de Freguesia da Glória, a quem agradeço naturalmente a disponibilidade desde sempre para alojarmos ali o Espaço do Cidadão, aliás como já tinha permitido o alojamento da Delegação da Câmara. Espaço de Cidadão esse que se junta aos outros que criámos em Marinhais e Salvaterra de Magos, também às delegações da Câmara que nós criámos em Foros de Salvaterra, em Muge, na Glória do Ribatejo e que somam à de Marinhais que já existia e também a abertura dos postos de CTT de Muge que soma ao de Marinhais que já existia e ao apoio que damos também ao posto do CTT do Granho, que a Associação Humanitária ajudou a abrir, referência também para os consultórios municipais que temos ainda a funcionar no Granho e Muge, portanto, para dizer ao senhor Deputado a preocupação que temos tido com os serviços de proximidade aos nossos cidadãos. Depois juntar a isso, o esforço que foi feito em conjunto entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Glória e Granho, para conseguirmos do IPDJ, esforço na elaboração da candidatura e na preparação do dossier de candidatura, os 25 mil euros que o IPDJ atribuiu para os balneários do Campo dos Carvalhos do Sport Clube de Desportos da Glória do Ribatejo. Estamos em conjunto, as duas autarquias, a preparar e a desenvolver o projecto a que se seguirá o licenciamento municipal da obra, a que se seguirá também o cálculo das respectivas medições e orçamentos e depois é certo que as autarquias vão ter que financiar em conjunto o que falta e infelizmente é muito ainda seguramente para a conclusão da obra dos balneários e temos assumido nisso um prazo de dois anos. Depois de termos também conseguido que as Águas do Ribatejo, neste período, tivesse aceite o desafio da Câmara e tivesse substituído na integra a rede de águas e os ramais na Rua do Mercado, em Marinhais, depois dessa intervenção das Águas do Ribatejo durante este mês que passou, vamos prosseguir os trabalhos agora neste mês de Setembro de repavimentação, depois de já termos



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

feito a drenagem pluvial daquele arruamento. Falo de 1,3 km de obra de 138 mil euros de intervenção pela Câmara, fora o que custou a intervenção das Águas do Ribatejo. É com gosto que vimos que o concurso de pavimentação da Rua Pinhal dos Mouros que vai continuar a qualificar a Zona Industrial de Salvaterra de Magos também vai começar este mês, é esta a expectativa, vai começar este mês com os trabalhos de drenagem pluvial daquele arruamento, depois de termos conseguido a autorização do ICNF para o abate dos sobreiros que estavam a prejudicar o desenvolvimento da obra, porque estavam na faixa de rodagem. Estamos a falar de 1,8 km de obra e de 340 mil euros de intervenção naquele local. Também depois de termos concluído o projecto e o concurso público para a construção de pluviais, passeios e estacionamento na EN 114-3, na Várzea Fresca, conseguimos finalmente muito recentemente, penso que foi esta semana ou no fim da semana passada, o visto do Tribunal de Contas a este investimento, pelo que estamos à espera que no último trimestre deste ano de 2019, a obra arranque. Estamos a falar de 2 km de passeios na Várzea Fresca num troço de estrada de cerca de 1,1 km e de uma obra de 438 mil euros que já foi adjudicada e, portanto, já tem o projecto, já tem o concurso, já teve o visto e agora falta avançar para a obra. Também já teve sucesso, neste período, finalmente diria eu, a candidatura que apresentámos para a tecnologia LED na iluminação pública, estamos a avançar depois da aprovação da Câmara e também da Assembleia Municipal, tivemos sucesso na candidatura que vai permitir substituir 70% das luminárias de vapor de sódio que hoje ainda temos e que são cerca de 6300, temos ainda 1100 luminárias que vai ter de ser a EDP a mudar, porque ainda estão em mercúrio, estamos a falar num total de 4400 luminárias de Led com um custo de 880 mil euros que vão ter de ser suportados pela Câmara Municipal. Neste momento vêm 95% sob a forma de empréstimo bancário feito pela União Europeia e os restantes são pagos digamos em meios financeiros disponibilizados por Orçamento Municipal. Para pagarmos este valor de 834 mil euros que é o que corresponde ao empréstimo bancário que a União Europeia atribui com a aprovação desta candidatura, nós vamos estar 9 anos a pagar 92 mil euros, isto números redondos, esperando e é para isso que estão os cálculos feitos, que a poupança que vamos ter no consumo de energia de 137 mil euros permita pagar estes 90 mil euros à União Europeia e ainda ter um superavit em termos de investimento para a Câmara na ordem dos 40/45 mil



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

euros. É um importante contributo que estamos a fazer para o ambiente e para as alterações climáticas. Também referir que neste período concluímos a obra de reabilitação integral dos taludes e também da obra hidráulica que é o Dique do Escaroupim, tendo aproveitado esta intervenção para repavimentar e impermeabilizar, estendemos a impermeabilização a toda a faixa de rodagem do Dique e estamos a falar de 5,4 km de obra e um custo de mais de 730 mil euros. Ainda neste período também, estamos a concluir o fecho da obra, aliás em termos de construção civil está concluída a obra. Estão a decorrer trabalhos de limpeza do Espaço Jackson em Glória do Ribatejo, faltando executar agora pela Câmara Municipal parte dos arranjos exteriores, porque alguns já fizemos e alguns estamos a fazer também em parceria com a Junta de Freguesia local, também faltam ainda os arranjos exteriores, em particular no Largo 1.º de Maio conhecido por Poço da Roda, e também junto ao parque infantil. Não quisemos intervir nessas zonas enquanto decorreram os festejos em Honra de Nossa Senhora da Glória, estamos agora a ultimar os estudos para poder fazer esses trabalhos e estamos ainda, além destes trabalhos no exterior, à espera da execução por parte de algumas entidades, nomeadamente da EDP, das adaptações e alterações que são precisas fazer na rede pública de electricidade, porque na rede pública de comunicações esses trabalhos já estão praticamente concluídos e vamos ainda ter que fazer no âmbito municipal e por isso a revisão orçamental que daqui a pouco vão apreciar é importante, os procedimentos para aquisição do mobiliário, computadores, mecânica de palco, iluminação cénica, entre outras intervenções que temos que fazer para dotar o Espaço Jackson das condições para funcionar como espaço multiusos, muito pensado também para o teatro. Estamos a falar de um investimento, ainda não temos os dados finais, porque ainda não temos a obra concluída, mas estamos a falar num investimento que deve rondar no final 1,5 milhões euros. Depois quando tivermos dados mais rigorosos teremos a oportunidade de transmitir aos senhores Deputados. O conjunto de intervenções que aqui acabei de referenciar e que estão em curso e em vias de conclusão ascendem a 4 milhões de euros, o que diz muito do empenho e da dinâmica que o Município está a assumir na realização de obra pública. Não vou esmiuçar a multiplicidade de intervenções que as nossas equipas de administração directa têm em curso, nalguns casos em parceria com as Juntas de Freguesias, mas permitam-me sublinhar: - Requalificação EB 1 e



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

Jardim de Infância do Granho; Conclusão dos trabalhos de requalificação da Creche de Muge (fases 1 e 2); Início dos trabalhos de adaptação da antiga Escola da Rua Armindo de Jesus, em Muge a Escola de Música da Sociedade Filarmónica de Muge; - Início dos trabalhos de construção de passeios na EN 114-3 no acesso ao Centro Escolar de Foros de Salvaterra e Várzea Fresca; - Prosseguimos em Marinhais, na Rua da Lagoa, a resolução de um problema de pluvial e a construção de um troço de passeios; - Também estamos a colocar novos passeios no Bairro Pinhal da Vila, depois daquele bairro ter recebido a rede de gás natural. Ainda vos informo que já submetemos no dia 30/08, a candidatura ao PARU para a reabilitação da antiga Escola “O Século”, situada em Salvaterra de Magos. É uma candidatura de 560 mil euros (FEDER 405 mil euros). Os serviços têm em preparação também o procedimento concursal, que a revisão orçamental vai viabilizar, para repavimentarmos a Rua 25 de Abril em Glória do Ribatejo, a Rua João Pinto Figueiredo (troço inicial) em Marinhais e as Rua Armindo de Jesus, Latino Coelho e Henrique Martins em Muge. São mais de 1,8 km e um investimento de 100 mil euros. Porque o futuro é já amanhã continuamos a desenvolver o projecto técnico de construção de vias pedonais na EN 367 (entre a Rua Narciso Santos e a Rua da Cerâmica), pois só com esse trabalho, cujo estudo prévio já mereceu aprovação das Infraestruturas de Portugal, é que podemos ambicionar, se a oportunidade surgir, apresentar nova candidatura aos fundos europeus da mobilidade urbana. Por fim, informar os senhores Deputados que os serviços estão a preparar o processo para lançar o concurso para a elaboração do projecto técnico do futuro Núcleo Escolar da Glória do Ribatejo, pois acreditamos ter entre aberto uma possibilidade de ainda poder vir a candidatar esta obra no próximo ano.” -----

---- Ponto três - Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos entre 13/06/2019 e 14/08/2019, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 06/12/2018 – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Ponto quatro - 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2019 – Para deliberação -----



Município de Salvaterra de Magos

Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento: *“Esta revisão orçamental visa direccionar verbas para o Plano Director Intermunicipal da Informática, elaborado no âmbito da CIMLT, reforça em 41.000 € o apoio à AHBVSM, parte desse montante pela entrada em funcionamento da EIP em Agosto e o restante (ou parte dele) para fazer face às dificuldades financeiras que a AHBVSM sentirá previsivelmente no final do ano pela conjugação da necessidade de fazer face aos subsídios dos seus profissionais e ao facto de se terem antecipado algumas mensalidades no período mais crítico da vida financeira da Associação, ainda no 1.º semestre deste ano. – Vamos ainda dotar de verbas o Orçamento Municipal para o caso de o concurso da CIMLT para a aquisição de desfibriladores avançar e nós dispormos de 25.000 € no Orçamento que nos permita iniciar o processo de dotarmos as nossas infraestruturas desportivas e escolares deste tipo de equipamentos que poderão ajudar a salvar vidas, se não for este ano é para o ano. – Abrimos ainda a possibilidade de nos candidarmos à aquisição de uma viatura eléctrica e de um posto de carregamento eléctrico para ela, no âmbito do Fundo Ambiental. – Dotamos ainda com cerca de 70.000 € as rubricas do Espaço Jackson para a aquisição de mobiliário, de mecânica de palco e iluminação cénica, de equipamento áudio e vídeo. – Vamos, por fim, dotar com 100.000 € a rubrica orçamental de repavimentação de faixas de rodagem em centros urbanos por forma a intervirmos na Rua 25 de Abril, na Glória do Ribatejo, nas Ruas Armindo de Jesus, Latino Coelho e Henrique Martins, em Muge e em troço da Rua João Pinto Figueiredo, em Marinhas.”* -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 17 votos a favor (12 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada da CDU e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 5 abstenções (3 da bancada do BE e 2 da bancada do PSD), aprovar a 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano 2019. -----

---- **Ponto cinco – Nomeação do Auditor Externo para as Contas do Município (ROC – Revisor Oficial de Contas) – Para deliberação** -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 20 votos a favor (12 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada da CDU, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 2 abstenções da bancada do



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

PSD, nomear a empresa Rosa Lopes, Gonçalves & Associados, SROC, Lda, para auditor externo/Revisor Oficial de Contas, para os anos contabilísticos de 2019 e 2020. -----

---- Ponto seis - Participação variável no IRS - Rendimentos de 2020, receita municipal de 2021 – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento: “*Sugiro que abordemos em conjunto os pontos 6, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos, pois todos eles se referem a receitas próprias dos Municípios Portugueses – IRS, derrama e IMI, as quais são fundamentais para podermos elaborar o orçamento da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos para 2020, que virá à nossa aprovação no último trimestre do corrente ano. – O que o executivo propõe é que mantivéssemos o esforço financeiro, que definimos nos últimos anos de apoio às famílias e às empresas que vivem e trabalham no nosso Concelho. – Para o efeito a nossa proposta é que se mantenha a taxa variável de IRS nos 5% pois os restantes 95% vão para a administração central. – Já em relação à derrama propõe-se a isenção para as empresas com um volume de negócios anual até 150.000 €, e uma redução de taxa em 33%, para as empresas com volume de negócios superior àquele montante. – Em relação ao IMI o que se propõe é a manutenção da taxa em 0,35%, o que corresponde a uma redução superior a 22% em relação à taxa que podíamos fixar nos termos legalmente definidos (0,45%). – O Município de Salvaterra de Magos manterá em 2020 o apoio às famílias e às empresas que têm caracterizado a nossa gestão.*” -----

---- Interveio o senhor Deputado João Pedro Silva cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Eu gostava de dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à derrama e ao IMI a CDU nada tem a dizer em contrário, portanto, vamo-nos abster, mantem as mesmas taxas. Agora relativamente ao IRS, senhor Presidente como sabe a taxa de desemprego tem vindo a baixar nos últimos anos, penso que neste momento ronda os 6% a 6,5% se não estou aqui em erro, portanto, será que essa taxa de desemprego ser neste momento baixa, penso que é a mais baixa dos últimos 18 anos, não poderá como há mais pessoas a descontar, a pagar IRS não poderia a Câmara Municipal aliviar um pouco a taxa para os 4% ou isso iria, portanto, implicar um corte no equilíbrio financeiro da Câmara



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

Municipal? Eu estive aqui a ver os valores e passou de 461 mil para 483 mil há três anos e no ano passado teve um acréscimo para 612 mil euros, portanto, cerca de 130 mil euros a mais, portanto, a minha questão é muito simples, é que se houvesse uma baixa para 4% qual é que seria a implicação ou estimativa, porque nunca poderemos ter os valores certos e se o senhor Presidente me sabe responder acerca disso.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “Agradeço a pergunta senhor Deputado. Não estamos em condições financeiras de baixar a taxa variável de IRS por várias razões cumulativas, uma e a principal é que nós temos que ter na Câmara Municipal, nas Câmaras todas, como julgo saberá, o equilíbrio entre as despesas correntes e as receitas correntes, e se é verdade que a taxa de desemprego diminuiu, também é verdade que este governo com o apoio parlamentar dos outros partidos que o viabilizaram no parlamento, criou um conjunto de alterações aos escalões do IRS que são públicos e que visaram ajudar as famílias, criou um conjunto de isenções também ao pagamento de IRS e, portanto, eu não tenho por certo, é uma questão que só depois poderemos avaliar, como compreende, pois há uma décalage de dois anos, nós só vamos receber em 2020 IRS’s de rendimentos de 2018 cobrados em 2019, e entregues em 2020 e, portanto, esta situação cria-nos muita dificuldade em poder interpretar os dados hoje. A ideia que tenho é de que a melhoria que houve no emprego e, portanto, que poderia induzir em maior número de receitas para o Município por via do IRS, foi de alguma forma compensada para as famílias através da política orçamental e da política de taxação que foi definida pela Assembleia da República, na sequência dos acordos entre o PS, PCP, o PEV e o Bloco de Esquerda e, por isso não tenho por certo sinceramente que isso seja de facto um *upgreat* financeiro para o Município. Além disso, como também sabe e também resultado das opções políticas que foram feitas no Parlamento, teve um incremento muito significativo no Orçamento Municipal, as despesas com pessoal em resultado do desbloqueamento dos escalões e o fim dos cortes que havia sobre os ordenados, em particular dos funcionários públicos que são a nossa despesa e, portanto, nós não temos condições orçamentais na leitura que fazemos e que é partilhada como compreende com quem tem competências técnicas também nessa área. Não temos possibilidade a não ser castrando investimento, mas nem sequer é castrando investimento daquele que é pago por via das



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

despesas de capital, porque a alternativa à redução das receitas correntes era diminuir as despesas correntes e as despesas correntes são muito difíceis de diminuir, porque estamos a falar de funcionários que têm os vencimentos tabelados e quando nós temos historicamente um défice de funcionários para assegurar as funções e as competências que estão neste momento cada vez mais atribuídas às Câmaras Municipais e, portanto, nós não estamos em condições também de proporcionar uma redução do número de efectivos da Câmara. As outras despesas correntes têm que ver com a acção social escolar, transportes escolares, refeições escolares, e por isso são de difícil redução até pela própria definição do nome são correntes, quase que não há opção política de as poder ter, tem-se e tem que se pagar com as receitas correntes e, portanto, a resposta que eu tenho de dizer ainda com esta nuance de não ter números que me permitam dizer-lhe isto com dados estatísticos e, portanto fundamentados, a percepção que temos e que os serviços têm é que não podemos baixar nenhuma das receitas próprias que temos, até porque não é expectável haver alguma melhoria nas transferências da Administração Central e se surgir a melhoria é para depois pagarmos os funcionários que hão-de vir da Administração Central para o Município, seja na educação ou seja na saúde seja as outras competências que a Assembleia da República deliberou transferir para nós.” -----

--- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 15 votos a favor (12 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG), 4 votos contra (2 da bancada do PSD e 2 da bancada da CDU) e 3 abstenção da bancada do BE, fixar a participação de 5% no IRS sobre os rendimentos de 2020, cuja receita será arrecadada em 2021. -----

--- Ponto sete - Lançamento da derrama para o exercício de 2019, receita municipal de 2020 – Para deliberação -----

--- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 20 votos a favor (12 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 2 abstenções da bancada da CDU, aprovar o lançamento de uma derrama para o exercício de 2019, cuja receita será arrecadada em 2020, nos seguintes termos: -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

---- a) 1,00% sobre o lucro tributável dos sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000,00 €; -----

---- b) Isentar de derrama de IRC os sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 €. -----

---- Ponto oito - Taxas de IMI para o ano de 2019, receita municipal de 2020 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 15 votos a favor (12 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)), 3 votos contra da bancada do BE e 4 abstenções (2 da bancada do PSD e 2 da bancada da CDU), fixar a taxa de 0,35%, nos termos do CIMI, para o ano 2019, com a respectiva receita a ser arrecadada no ano de 2020. -----

---- Ponto nove - Isenção de pagamento de taxas inerentes à emissão de licença especial de ruído, para a realização de actividade ao ar livre – Assembleia de Deus Pentecostal de Benavente – Igreja Evangélica – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “É um ponto que raramente vem à Assembleia Municipal, porque nós temos aquela deliberação vossa de podermos fazer as isenções que deliberarmos em Câmara Municipal, aliás hoje deliberámos também nesse sentido na Câmara Municipal. Achamos melhor colocar isto na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal para não cometermos nenhuma gafe ou nenhum esquecimento, apenas e exclusivamente porque a associação é uma associação que está sediada no Concelho de Benavente. Não há nenhuma restrição do ponto de vista de norma legal a podermos atribuir uma isenção de taxa a uma associação que está sediada noutro Concelho, como é o caso, trata-se de uma associação religiosa, mas como nos ficaram dúvidas se a delegação que vocês fizeram, Assembleia Municipal na Câmara Municipal incluía as associações de fora do Concelho, como julgo, achámos prudente trazer à Assembleia Municipal esta autorização de isenções de taxas, que é um valor irrisório, digamos assim, mas para estarmos confortados também em termos da decisão que tomámos na Câmara de isentar,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

achamos que o assunto devia também vir à Assembleia Municipal para confirmar que mesmo sendo uma associação religiosa sediada no Concelho vizinho a Assembleia Municipal não via inconveniente em que pudéssemos isentar esta taxa para a realização deste evento religioso.”

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas em título. -----

--- Ponto dez – Projeto de revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária do Contrato de Gestão Delegada outorgado pela RESIURB e pela Ecoléziria – Repartição de encargos e autorização do compromisso plurianual – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara lendo o seguinte documento: *“Há necessidade de aprovarmos uma Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para a Prestação dos Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos celebrado entre a Associação de Municípios RESIURB e a empresa Intermunicipal Ecoléziria. – Esta adenda ao contrato é justificada pelo aumento de 38% (de 23,9 € para 33€/ton) da tarifa que é aplicada pela Resitejo à recepção dos resíduos provenientes da Ecoléziria. – Este facto alterou a viabilidade económica e financeira da empresa Ecoléziria, pois a Resitejo recebe e trata a totalidade dos resíduos provenientes da recolha indiferenciada realizada nos municípios que integram a Resiurb. – Esta revisão extraordinária da trajectória do tarifário, pelo motivo acima indicado, foi aceite pela ERSAR, pois o seu parecer é vinculativo. – Esta alteração implica um aumento de 9,10 € por tonelada de resíduos que é transportado e entregue na Resitejo, pela Ecoléziria. – Como é sabido os Municípios não podem legalmente continuar a subsidiar a recolha, o transporte e o tratamento dos lixos urbanos. – O facto de termos optado apenas pela Recolha em Alta, tem-nos possibilitado ter aumentos da tarifa RSU mais graduais, suportando o Município de Salvaterra de Magos enquanto decorre a actualização os custos não cobertos pelo tarifário em vigor. Mas vamos ter de continuar a actualizá-lo para nos aproximarmos do custo real do serviço, ainda mais depois deste aumento tão abrupto de quase 40% no custo da deposição pago pela Ecoléziria à Resitejo. – Vem pois para aprovação pelos senhores Deputados esta revisão extraordinária ao Contrato de Gestão Delegada e a assumpção dos compromissos plurianuais que ela representa.” -----*



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 19 votos a favor (11 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do PSD, 2 da bancada do CDS e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 2 abstenções da bancada da CDU: -----

---- a) Reconhecer a verificação da condição a que se encontrava submetida a deliberação deste órgão de 27/02/2019, e que, após o parecer favorável da ERSAR ao projeto de revisão extraordinária da trajetória tarifária constante do Anexo V do Contrato de Gestão Delegada, a que se refere o n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, consequentemente se consolidaram os efeitos das deliberações ali tomadas, nos termos dos documentos constantes em anexo à proposta – Adenda e respectivos Anexo I, II e III, da mesma; -----

---- b) Aprovar a seguinte repartição de encargos, ao abrigo do disposto no n.º 1 e n.º 6, ambos do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e autorizar o compromisso plurianual, nos mesmos montantes, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (LPCA): -----

---- Ano 2019 - € 505.184,28 + € 30.311,06 (IVA) = € 535.495,33 -----

---- Ano 2020 - € 522.519,55 + € 31.351,17 (IVA) = € 553.870,72 -----

---- Ano 2021 - € 499.227,30 + € 29.953,64 (IVA) = € 529.180,94 -----

---- Anos 2022 a 2047 - € 11.771.543,91 + € 706.292,63 (IVA) = € 12.477.836,54 -----

---- O senhor Deputado Carlos Tezo não se encontrava na sala no momento da votação. -----

---- Ponto onze – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no ano de 2020 – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara lendo o seguinte documento: “A proposta que foi enviada aos senhores Deputados para deliberarem vai no sentido de não aceitarmos ainda em 2020 algumas das competências que foram decididas transferir para as autarquias locais e as entidades intermunicipais. – Sendo assim adiávamos para 2021, a aceitação das competências nos domínios das vias de comunicação, da justiça, da habitação, da protecção e saúde animal e segurança dos alimentos, da educação e da saúde. – No essencial na base desta decisão



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

está a necessidade de melhor prepararmos o Município para receber muitas dezenas de funcionários – assistentes operacionais e assistentes técnicos – e múltiplas tarefas administrativas e técnicas que certamente irão tender a desviar a nossa atenção e até algumas das poucas verbas municipais para novas atribuições que não as que definimos como prioritárias na actividade e nas realizações do Município. – Esta decisão de adiar por mais um ano a recepção destas competências dá mais tempo também à administração central para preparar o dossier de transferência, uma vez que está a decorrer um processo eleitoral que só culminará em 6 de Outubro, a que se seguirá a urgente necessidade de prepararem o Orçamento do Estado.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, não aceitar para o ano 2020 as competências previstas nos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de Novembro (vias de comunicação); Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de Novembro (justiça); Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de Novembro (habitação); Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de Janeiro (Protecção e Saúde Animal – Segurança dos Alimentos); Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro (Educação); Decreto-Lei n.º 23/2019, de 01 de Abril (Saúde). -----

---- Mais foi deliberado comunicar a presente deliberação à DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais. -----

---- **Ponto doze – Processo n.º 50/2017 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE - Exato - Extração de Areia do Tejo, Lda. - Para deliberação.** -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara lendo o seguinte documento: “Ambos os processos que constam da Ordem de Trabalhos, dizem respeito ao Regime Extraordinário de Regularização de Actividades Económicas (Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5/11), conhecido por RERAE. – A Exato que se destina a extrair e comercializar agregados para a construção civil, já opera em Muge (Porto Sabugueiro) desde 1992 e dispõem de acesso directo à EN 118 sem prejudicar os residentes daquele aglomerado populacional. – As instalações para as quais temos de decidir o reconhecimento do Interesse Público, são de natureza industrial – escritórios, sanitários, PT, armazém, depósito de combustível, báscula, telheiros, entre outros, com uma área de implantação que ronda os 500 m2. – Só com este reconhecimento municipal



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

será possível licenciar a actividade económica e manter os postos de trabalho. – Não nos cabe a nós definir o local da extracção de areias, por isso é objecto de tramitação da Direcção Geral de Geologia e Energia e carece de autorização da APA. – A Direcção Geral do Património Cultural emitiu parecer favorável condicionado e a APA informa-nos, ainda, não ter conhecimento que a dragagem de sedimentos no rio esteja a originar algum efeito no aglomerado populacional do Porto de Sabugueiro.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, por maioria, com 19 votos a favor (11 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada do PSD e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 2 abstenções da bancada da CDU, emitir declaração de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das instalações de suporte à actividade industrial, e respectiva certidão, nos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 04/09/2019, a coberto da alínea a), n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro. -----

---- Também determinou que a presente deliberação se encontra condicionada ao sentido do parecer da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), vide n.º 10 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho. -----

---- O senhor Deputado Carlos Tezo não se encontrava na sala no momento da votação. -----

---- **Ponto treze – Processo n.º 221/2011 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE - Augusto Gomes Martingil, Lda. - Para deliberação.** -----

---- O senhor Presidente da Câmara leu o seguinte documento: “*Em relação ao outro processo municipal 221/2011 inicialmente em nome de Maria da Luz Rebelo Marques e mais tarde averbado em nome de Augusto Gomes Martingil, Lda, estamos a falar na regularização de estabelecimento de apoio à actividade agrícola com quase 320 m2, numa parcela de terreno com 1316 m2, estando pois ocupada em cerca de 24%. – O reconhecimento que fizemos de uma e outra situação permite que os processos possam continuar a ser analisados e os requerentes terão de observar os demais condicionamentos legais e os pareceres que já foram e vieram a provir das entidades consultadas e a consultar, o que se pretende é não prejudicar*



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

estas actividades económicas e possibilitar a legalização do edificado que há muitos anos existe no nosso território e que aguarda por uma oportunidade para obter o necessário licenciamento municipal. – Sugere-se assim, com base nas informações técnicas juntas a cada um destes processos que aprovemos o reconhecimento de Interesse Público Municipal para estas 2 situações, à imagem de decisões anteriores semelhantes a estas.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, por maioria, com 19 votos a favor (11 da bancada do PS, 3 da bancada do BE, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada do PSD e 1 do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho (MIGG)) e 2 abstenções da bancada da CDU, emitir declaração de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das instalações de suporte à actividade agrícola, e respectiva certidão, nos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 04/09/2019, a coberto da alínea a), n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro. -----

---- Também determinou que a presente deliberação se encontra condicionada ao sentido do parecer da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), vide n.º 10 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho. -----

---- O senhor Deputado Carlos Tezo não se encontrava na sala no momento da votação. -----

---- **Período de Intervenção Aberto ao Público.** -----

---- Encerrada a ordem de trabalhos o senhor Presidente deu a palavra ao público presente. ----

---- Interveio o munícipe Ilídio Nunes cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte:

“Começo por fazer lembrar ao senhor Deputado Nuno Antão a atitude que teve o senhor Ministro da Administração Interna para com os elementos da GNR quando faziam a guarda da sua casa em que ele saiu em defesa do cão e pôs os guardas fora da casa, passando adiante que é o assunto mais importante. Estava convencido que o senhor Presidente da Assembleia trouxesse a esta Assembleia o assunto dos comboios em virtude de uma carta que eu lhe dirigi, não deve ser importante com certeza não o trouxe à Assembleia, é porque o seu critério não deve ter sido esse. Venho questionar o senhor Presidente de Câmara sobre a necessidade das já faladas faixas de interrupção de combustível, não estão construídas e era bom que se



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

pensasse nisso, porque há uma necessidade grande da criação destas faixas de interrupção de combustível. Quanto também à construção dos reservatórios de água para abastecimento dos helicópteros também não existem, havia lá um depósito que era do senhor Francisco Caneira e ele resolveu encerrá-lo, e muito bem que era dele e os helicópteros agora têm que ir à Barragem de Magos e ir mais longe. Passando ao quarto ponto em virtude de estar tudo com pressa de ir embora, questiono o senhor Presidente da Câmara sobre as medidas que já tomou ou que pretende tomar em virtude do nosso Concelho estar a ser invadido pela tal espécie da vespa asiática.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse o seguinte: “Agradecer ao senhor Ilídio as questões que colocou. Eu não percebi bem se se referiu a mim ou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal em relação aos comboios, mas fica também a informação para os demais. Nós em relação às passagens de nível na Glória do Ribatejo tivemos uma deliberação de Câmara que foi comunicada à IP, antiga REFER, deliberação de Câmara essa que além de ter escutado ia acompanhada da posição da Assembleia de Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho e também da posição que nos chegou do Movimento de Cidadãos de Glória do Ribatejo sobre a mesma matéria e, portanto nós emitimos um parecer que foi aquele que aprovámos em Câmara, basta ver a acta da Câmara para verem qual foi a deliberação. Na prática que aceitávamos a passagem elevada da Fajarda, a automatização de outras, enfim mandámos essa posição que era a posição que foi a nossa posição de Câmara, era a posição que tinha sido assumida pelo órgão freguesia. Entretanto a IP resolveu solicitar uma reunião à Câmara Municipal, a Câmara Municipal disse que só reuniria se fosse na presença das entidades que participaram com contributos para poder melhorar a solução que a IP tinha que era fechar a passagem das Janeiras de Cima e construir uma passagem elevada nas Janeiras de Baixo e fechar a passagem do Alto dos Corsos encaminhando as pessoas para passar na passagem elevada a construir na Estrada da Fajarda. Foram levantadas várias questões propriedade das estradas, oposição do Movimento Gloriano ao encerramento da passagem das Janeiras pelos prejuízos que isso causava às pessoas que tinham que atravessar a linha, enfim, todos esses argumentos foram esgrimidos, houve a reunião na Glória do Ribatejo, foi feita uma acta, foram ouvidas as partes que estiveram presentes na reunião, para dar



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

contributos e correcções às actas, essa documentação foi enviada para a IP, mas a IP pressionou a Câmara Municipal no sentido de tomar uma resposta imediata, deu-nos um prazo muito curto, tipo meia dúzia de dias, para podermos tomar uma decisão e a decisão que a Câmara Municipal tomou foi manter a decisão que tinha tomado em reunião de Câmara, uma vez que não tinha havido nenhuma evolução por parte da IP às sugestões que lhe foram feitas, pela Câmara, pela Junta e pelo Movimento de Cidadãos. A Câmara Municipal manteve a deliberação e a comunicação que tinha tomado em Câmara, manteve as comunicações da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia e manteve as comunicações do Movimento de Cidadãos ainda mais com os últimos episódios que foram as sugestões para a correcção da acta da reunião que aconteceu na Glória. Na prática a IP não esteve disponível, ouviu-nos, mas não esteve disponível para fazer nenhuma rectificação, continuou a dizer que a melhor solução era a solução que eles tinham proposto e, portanto, nós dissemos que sendo assim a posição da Câmara é exactamente a mesma que manifestámos quando mandámos a correspondência antes dessa reunião na Glória do Ribatejo. Portanto, em relação aos comboios não há assim nenhum episódio de novo, a não ser agora que a IP venha com alguma alteração às propostas que inicialmente fez. Em relação às faixas de interrupção de combustível, como sabe, isso é matéria que incumbe ao Ministério, incumbirá alegadamente ao Ministério das Florestas, pois não é a Câmara que define as faixas de interrupção de combustível. A Câmara Municipal o que faz e contribui, quando fazemos aquele plano de defesa da floresta e os planos de acção subsequentes, é para a definição nos termos da lei e também nos termos da cartografia que temos no PDM, das faixas de gestão de combustível. Esse é o trabalho que nós fazemos e esse trabalho que foi feito nos últimos anos e é por isso é que houve tantas notificações, quer da GNR quer das Câmaras para poder aplicar essa legislação nas faixas de gestão de combustível. Eu posso concordar que seria útil para a floresta e para a gestão da floresta haver faixas de interrupção de combustível para evitar a progressão do fogo, mas isso é gestão de floresta e já não é uma gestão da protecção civil, porque não é uma gestão da protecção das populações, é uma gestão de proteger a floresta e o rendimento que a floresta tem associado, os interesses económicos e a actividade económica que é a própria exploração da madeira. Também não é bem verdade que não haja



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

pontos de água, nós felizmente nesse aspecto, acho que somos um concelho razoavelmente feliz, temos a Barragem de Magos, temos a barragem junto à Rádio Renascença, temos o Rio Tejo. Ainda agora com o trabalho que fizemos de protecção civil e nesta revisão que fizemos do plano de defesa da floresta percebemos que não estava cartografada a barragem de Muge, a barragem da Casa Cadaval e ao cartografarmos essa barragem, ao transportá-la para os planos tivemos a oportunidade de ter contribuído, por exemplo, para o combate ao incêndio de Rio Maior que foi há dias, que deve estar em extinção ou já está extinto, porque foi ali que foram várias aeronaves beber água dessa nossa barragem, beneficiando de facto da cartografia e dela passar a ser considerada para efeitos da protecção civil distrital. Em relação à vespa, nós tivemos uma situação que nos foi transmitida de vespa asiática na Glória do Ribatejo, pelo menos foi aquela que nos chegou, porque as pessoas podem, podem e devem participar ao Serviço de Protecção da Natureza. Está previsto com GNR realizar uma reunião no nosso Concelho, para que se possa transmitir as informações que existam à população que estiver presente nessa reunião, mas também fazendo chegar às Juntas de Freguesia e também na internet e nos espaços que as pessoas hoje usam para consultar informação, um flyer informativo que esteja tecnicamente já disponível. Vamos envolver nessa reunião os agentes de protecção civil e Direcção-Geral de Veterinária. Vamos procurar contractar uma empresa que esteja disponível para acudir quando for identificado e ainda não temos conhecimento de ter sido identificado, apesar de já termos andado no terreno, quer nós quer a GNR, mas a floresta é muito grande, qualquer ninho e é depois para desmontar esse ninho que nós vamos precisar de contratar uma empresa especializada. Portanto, vamos actuar nestes planos todos de informação, através dos media e através da internet, através de reuniões, pelo menos uma reunião em Marinhas, ainda em local a definir, vamos também contratar uma empresa que perante a identificação de um ninho de vespa asiática, nos permita agir de imediato sobre ele, porque a acção é sobre os ninhos e não é sobre a própria vespa em si, digamos assim e, portanto, é essa a estratégia que temos montada e que estamos agora a afinar.” -----

---- Interveio o senhor Francisco Monteiro Cristóvão, no impedimento legal do senhor Presidente da Assembleia, dizendo o seguinte: “Antes de passarmos à votação da minuta da



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 04/09/2019

ACTA N.º 15

acta e relativamente à intervenção do senhor munícipe Ilídio Nunes, como teve a oportunidade de presenciar um imprevisto de última hora obrigou-me a substituir o senhor Presidente da Assembleia Municipal e confesso que não conhecia o ofício que endereçou à Assembleia Municipal, tive agora a oportunidade de verificar a correspondência recebida, e irei ler o ofício para que os senhores Deputados tenham conhecimento: *“Movimento Independente Gloriano, Ilídio José Nunes de Oliveira, Rua 25 de Abril n.º 57, 2125-034 Glória do Ribatejo, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia do Município de Salvaterra de Magos - Reunião dia 8 de Julho de 2019, Infraestruturas de Portugal, Câmara Municipal, Presidente de J Freguesias, informo as exigências MIG na reunião – Passagem nível Janeiras Baixo, concorda construção passagem nível superior – Passagem nível Janeiras Cima, melhoramento do enquadramento passagem nível com a rede viária existente e colocação cancelas automáticas com alarme sonoro. – Concordando também com a construção passagem nível inferior, se a IP assim o desejar construir. – Passagem nível Alto dos Corços, propomos a construção passagem nível inferior. – Passagem nível Fajarda aceitamos a construção passagem nível superior. – Glória Ribatejo 27 Agosto 2019. – Cumprimentos – Ilídio Oliveira.”*, portanto, foi um ofício que deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 27 de Agosto de 2019 e está registado com o número 59, fica a informação, só agora também é que tive conhecimento dela porque houve este imprevisto da ausência do senhor Presidente da Assembleia Municipal.” -----

---- No final da sessão procedeu-se à leitura da minuta da acta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Encerramento da Reunião. -----

---- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era 23:15 horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, _____

O 1.º Secretário _____

O 2.º Secretário _____